

## Constituinte critica pacote que tira URP

9 ABR 1968

BRASÍLIA — O pacote econômico do governo dominou os debates de ontem na Constituinte. Foi uma manhã de protestos, em que cerca de 30 parlamentares revezaram-se nos microfones de apertes do plenário, entre 9h e meio dia, fazendo críticas às medidas da equipe econômica do presidente Sarney. O alvo principal dos contituintes foi a suspensão do pagamento da URP para o funcionalismo.

“Não houve uma única voz que se levantasse para defender o fim da URP”, disse o deputado Maurílio Ferreira Lima (PMD-PE). Ele aproveitou a oportunidade para reivindicar espaço na televisão não apenas para divulgar os trabalhos de plenário, como ocorre no programa Diário Da Constituinte. “Temos o direito de mostrar o que nós, constituintes, pensamos sobre acontecimentos como o pacote econômico”, acrescentou.

Já o deputado Miro Teixeira (PMDB-RJ) reivindica a abertura de espaço dentro da Constituinte para que a Assembléia examine os decretos-lei expedidos pelo governo. “Este decreto é pior do que imaginávamos, porque invade a autonomia dos poderes, congelando também os vencimentos do Legislativo”, declarou. Nem os governos militares, segundo ele, tiveram “tamanha petulância”. A seu ver, todo decreto-lei precisa ser encaminhado para a apreciação do Congresso.

O deputado Aldo Arantes (PC do B-GO) disse que o governo Sarney é campeão em decreto-lei. “Só contra os interesses do funcionalismo e dos trabalhadores foram sete decretos, quando todos sabem que o déficit público decorre das dívidas interna e externa e das isenções fiscais e não dos salários”, explicou.

# Sindicalistas <sup>ave</sup> avaliam <sup>p 3</sup> parlamentar pelo voto

BRASÍLIA — O senador Afonso Arinos (PFL-RJ) e dois deputados da esquerda do PMDB, José Serra (SP) e Fernando Gasparian (SP), têm o “desprezo da classe trabalhadora”; os senadores pemedebistas Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso e Severo Gomes, de São Paulo, não são confiáveis porque “estão em cima do muro”; nos deputados do PTB Dirce Tutu Quadros (SP), Gastone Righi (SP) e Roberto Jefferson (RJ) — os dois últimos do Centrão —, os trabalhadores podem confiar sem susto.

Esses conceitos, acompanhados de notas de zero a dez dadas a cada um dos 559 constituintes com base na votação do capítulo da Ordem Social, foram publicados no nº 25 do jornal do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), distribuído no plenário da Constituinte. Durante boa parte da sessão, o jornal conseguiu prender mais a atenção dos parlamentares, que mais pareciam colegiais excitados com seus boletins, do que a votação do capítulo do Poder Judiciário.

O Diap escolheu dez artigos principais do capítulo sobre direitos sociais — garantia de emprego, jornada de trabalho, turnos ininterruptos, salário mínimo, prescrição de ações trabalhistas, férias, piso salarial, direito de greve, aviso prévio e comissão de fábrica — e deu notas a partir do voto de cada um. Os votos *sim* poderiam valer até 1,5 ponto, mas quem escolheu não mereceu sempre zero. As bancadas que mais acumularam notas 10 foram as do PT, PCB e PC do B. O PDT vem logo atrás, com média 9. No conceito do Diap, quem teve nota acima de 7,5 (54) são “os constituintes com os quais pode-

mos contar”; os 268 parlamentares com notas abaixo de 5, “não merecem a confiança da classe trabalhadora”; os 146 restantes, que tiveram entre 5 e 7, “estão em cima do muro”.

Quem ganhou nota alta ficou tão feliz que acabou comprando lotes do jornal para distribuir “nas bases”. Foi o caso de Roberto Jefferson (8,5), Tutu (10), Fernando Santana (PCB-BA, 10), Edmilson Valentim (PC do B-RJ, 10), Benedita da Silva (PT-RJ, 10), Sólon Borges dos Reis (PTB-SP, 8,5), entre outros.

**Indiferença** — Entre os lanterninhas da turma (que tiveram entre zero e 1), as reações variaram entre a indiferença e a indignação. “Isto para mim não quer dizer nada”, afirmou Afonso Arinos que, por estar ausente às votações mereceu traço na cotação do Diap. “Fui profundamente injustiçado, porque sou autor da emenda que garante o representante dos trabalhadores junto à empresa”, reclamou o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), que teve nota 1. O deputado Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), geralmente autor de frases ferinas, preferiu ser formal: “Acho esse tipo de avaliação paternalista, equivocada e profundamente antiga”.

Os líderes mais notórios do Centrão ficaram nessa faixa de notas, como o deputado José Lourenço (PFL-BA), que ganhou meio ponto, mas reagiram com bom humor. O senador Roberto Campos (PDS-MMT) e os deputados Eraldo Tinoco (PFL-BA), Gilson Machado (PFL-PE), Paes Landim (PFL-PI) e Luis Roberto Ponte (PMDB-RS) acharam ótimas suas notas baixas.